

DESALENTADOS: O AVANÇO DO DESEMPREGO OCULTO E OS ESFORÇOS DO GOVERNO DO MARANHÃO ATRAVÉS DOS PROGRAMAS MAIS EMPREGO E MAIS EMPRESAS

Resumo

Este artigo é uma abordagem sobre os índices atuais do trabalho e emprego no Maranhão e no Brasil, levando em consideração nos números do estado do Maranhão a estruturação de dois grandiosos programas de estímulo e criação de posto de trabalho e combate direto ao desemprego. Abordado também o apontamento aos principais aspectos do desemprego oculto nas pesquisas oficiais brasileiras. O desemprego é um fenômeno real e grave que atinge o país inteiro, colocando em risco a subsistência dos trabalhadores e suas famílias. Dentro desse conceito foi analisado o inédito dado divulgado nas pesquisas brasileiras referente aos trabalhadores desalentados, que devido a desistência do trabalhador em procurar trabalho, os mesmos ficam de fora dos números de desempregados contabilizados pelas pesquisas e censos.

Palavras-chave: Trabalho. Desemprego. Desalentados. Maranhão. Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Na construção da trajetória da sociedade ao longo dos últimos anos, no modo como ela e o homem vem se constituindo, há de considerar que o trabalho seja a categoria central da vida. O trabalho é uma condição essencial da vida humana, foi uma das vias pelo qual os homens se diferenciaram da condição de animal e constituiu-se como ser humano; sendo uma ocupação vital na trajetória de vida de quem dispõe de capacidade, energia e saúde, trazendo aos indivíduos o sentido e sentimento de utilidade, de ser necessário, estabelecendo a grande parcela de suas relações sociais, trabalhando a autoestima e o próprio significados a existência.

No debate social é visível a demonstração como o homem ao produzir algo, através do trabalho, constitui formas clara de sociabilidade, meio e modos de pensar e intervir nos processos sociais, pois o mundo do trabalho é uma inter-relação com a sociedade.

Para Marx; Engels (1999 p.75), a importância do trabalho para os indivíduos é essencial, é a atividade que transforma e altera a realidade social, pois os indivíduos são definidos de acordo com condições materiais de sua produção.



E nessa premissa do mundo do trabalho nos deparamos com o cenário de grandes impactos ligados a globalização e a aplicação de novas tecnologias, onde grandes estudos afirmam que está ocasionando aumento de desemprego e cada vez mais a diminuição de postos de trabalho em diversos setores da economia.

O desemprego se tornou um problema social de grande relevância pelo fato dele gerar uma vulnerabilidade no processo de reprodução da classe trabalhadora e, por conseguinte, da própria produção capitalista. A dimensão do vínculo de assalariamento faz com que os trabalhadores necessitem da venda de sua força de trabalho para garantirem sua reprodução e subsistência. O emprego é o principal e, às muitas vezes, único percurso para a integração social desses indivíduos. Na condição de desempregado esses trabalhadores sobejam apenas a pobreza e a marginalização social, com a estabilidade social em jogo (VARGAS, 2008).

Ligado a isso, cabe ressaltar a evolução de classes de trabalhadores fora da força de trabalho ou mercado de trabalho por motivos ligados ao desalento, onde ganhou destaque nas pesquisas, pelo fato do crescimento que vem tomando nos últimos períodos e principalmente pela inédita divulgação dos números pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) através do PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) no 4º trimestre de 2017.

Por outro lado, temos o Estado que diante de todo esse cenário, é a representação direta como responsável por toda questão de crescimento ou fracasso do mundo do trabalho sob a ótica popular.

Nessa conjuntura o Estado ocupa dois posicionamentos polares. No primeiro posicionamento é que a intervenção do Estado deve ser mínima, nos moldes já visto na Europa, com o desmantelamento do aparelho Público, a redução dos encargos sociais e a desregulamentação no mercado de trabalho, com o objetivo de tornar o mercado de trabalho mais ajustável, flexível para arcar aos movimentos do mercado e, com isso ampliar e expandir o trabalho.

O segundo posicionamento vem no sentido de remodelar o papel do Estado para que possa atuar efetivamente em políticas de emprego a fim de conceder e garantir uma melhor distribuição de capital, renda e de oportunidades de trabalho para todos. Há possibilidade presente no desenvolvimento de políticas públicas pelo Estado, que visem desenvolver a qualidade de vida da população, na área da educação, saúde, cultura, segurança e o lazer através do fomento do trabalho.



2. MARANHÃO MAIS EMPREGOS E MAIS EMPRESAS

Políticas públicas é definida como decisões e análises que implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (LASWELL, 1936 apud SOUZA, 2006). Alguns autores afirmam que não existem uma definição fixa e única sobre o que é políticas públicas. Lynn (1980) apud Souza (2006) a define como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos sobre uma sociedade.

Quando se trata de políticas públicas, mais especificamente políticas econômicas, nos deparamos com um universo amplo de ações e impactos que se relacionam com diversas outras áreas, como a social, por exemplo, com a finalidade de alterar contextos, ciclos, rotinas, sempre na perspectiva de abranger o coletivo.

Um dos perfis mais relevante do governo atual do estado do Maranhão é estruturação de políticas públicas, de ação concentrada na educação, trabalho, saúde, geração de renda e infraestrutura do estado. A identidade estratégica central das principais políticas criadas por esse governo vem com o emprego da palavra “MAIS”, sendo MAIS Empregos, MAIS Empresas, MAIS IDH, MAIS Saneamento, MAIS Asfalto, MAIS Renda, MAIS IDEB, MAIS Saúde, MAIS Cultura.

O Governo atual é visto popularmente como uma nova e promissora etapa na história do estado, diante das propostas “inovadoras” (pelo menos no percurso político-histórico do Maranhão) com reflexos midiáticos significativos cheio de simbolismos.

Ao analisar todos os programas criados pelo governo atual, existe uma forte veemência ao combate ao atraso econômico, social, às desigualdades e a miséria que é um dos principais problemas enfrentado pelo estado, pois o Estado hoje a posição do estado com mais miseráveis ou indivíduos no patamar de extrema pobreza, ostentando um dos piores índices de desenvolvimento humano do país.

Cabe destacar dentre esses vários programas o programa MAIS EMPREGOS e o programa MAIS EMPRESAS, que são voltados diretamente ao fomento do Estado para o estímulo e desenvolvimento do mercado de trabalho

Por meio do Decreto nº 32.697/2017, o Governo do Maranhão regulamentou a Medida Provisória nº 231, de 09 de fevereiro de 2017, que institui, no âmbito das ações do Programa Mais Empregos, apoio financeiro às microempresas e empresas de pequeno porte



optantes do Simples Nacional, com domicílio fiscal, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição Estadual (SETRES, 2017).

De acordo com o Decreto, as micro e pequenas empresas que participarem do programa recebem apoio financeiro no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês para cada novo empregado regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, ao acréscimo de até 10 (dez) novos empregados.

Também temos o programa Mais Empresas, criado em 29 de abril de 2015, com o lançamento de pacote com quatro medidas de políticas públicas de incentivo à geração de emprego, renda e ao empreendedorismo, preliminarmente instituído através de Medida Provisória n. 200, com o objetivo central de desenvolver a indústria e a agroindústria e a integração econômica do estado do Maranhão.

O programa Mais Empresas veio para fomentar e diversificar a indústria e o agronegócio no estado, com o foco no desenvolvimento de centros industriais e fortalecimento das cadeias produtivas locais, promovendo o aumento da produção, ampliação e atração de novos negócios, por meio da concessão de incentivos fiscais - crédito presumido sobre o valor do ICMS mensal (SEINC, 2015).

Entre as medidas estão à ampliação e critérios transparentes para incentivos fiscais a novos empreendimentos, a redução de alíquota de ICMS para empresas optantes do Simples, a prioridade a micro e pequenas empresas maranhenses nas licitações do governo e, ainda, a simplificação e dispensa de licenciamento ambiental para agricultores familiares.

A redução e diferimento da alíquota de ICMS, é previsto aos futuros empreendimentos que irão se instalar no estado, com uma redução de até 95% em renúncia tributária, com prazo prorrogável por até 30 anos.

A proposta inicial do programa apresentado é a expansão e diversificação da capacidade produtiva no Maranhão, tendo como diferencial além do desenvolvimento econômico é a atenção voltada ao desenvolvimento social, ou seja, o governo diz que ao aderir programa Mais Empresas, o investidor tem a oportunidade de expandir, desenvolver ou modernizar seu empreendimento industrial ou agronegócio e contribuir para o aumento da competitividade e a redução das desigualdades sociais e regionais no Maranhão.

Em síntese, segundo a Secretaria de estado de Indústria e Comércio - SEINC os critérios gerais do programa Mais Empresas são (SEINC, 2015): Ser instalado ou ter influência nos municípios de menor IDH para ter os maiores benefícios; volume de investimentos; número de empregos gerados; ter ligação com as cadeias produtivas regionais; compra de insumos no mercado local; adoção de medidas de responsabilidade social e ambiental.



3. DESEMPREGO ATUAL NO BRASIL E MARANHÃO

Os últimos anos têm sido analisado as notáveis mudanças e transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. As exposições sobre esse cenário, acompanhado das avaliações de suas implicações sociais, não alcançam entendimentos unânimes, ao oposto disso, estão resultando em conclusões divergentes e controversas.

A verdade é que estamos vivendo um longo período de transição e crise no mundo do trabalho que não há previsão de fim, tanto no sentido material, quanto psíquico, onde isto está ocasionando consequências consideráveis no comportamento das pessoas.

Rossi; Oliveira [entre 2005-2018, p. 01] afirmam que o atual debate social apresenta geralmente o desemprego como o resultado de três fatores emergentes: a mundialização dos mercados, a introdução de uma tecnologia e o fim de uma era de crescimento econômico sustentado, que garantia o pleno emprego.

Antunes (2007) aponta a redução dos postos de trabalho que se segue desde a década de 1980. Na Europa, em países como a França houve uma redução notável do número de trabalhadores; de 8,118 milhões em 1975, passou para 7,121 milhões em 1989, representando 29,6% da população ativa; na Itália, em 1990, os operários representavam 30% dos trabalhadores; no Canadá, essa redução também era esperada, com estimativas de 25% nos anos 2000. A retração dos trabalhadores da indústria permanece crescente nos últimos anos. Dados do Banco Mundial mostram que, em 2014, os países citados empregam, respectivamente, 20,5%, 27,1% e 19,8% nesse setor. Os Estados Unidos, um dos países de capitalismo desenvolvido, apresentam a taxa de 17,2 % e o Brasil 22,9% de trabalhadores na indústria.

Segundo o IBGE (2010), um indivíduo pode ser considerado como um desempregado quando a mesma está sem trabalho e à procura de um lugar no mercado de trabalho. No entanto, ressaltamos o fato de que o IBGE tem considerado apenas a manifestação do desemprego em sua forma imediata, ou seja, o considerado desemprego aberto.

A PED Pesquisa de Emprego e Desemprego (1999) conceituou o desemprego da seguinte forma:



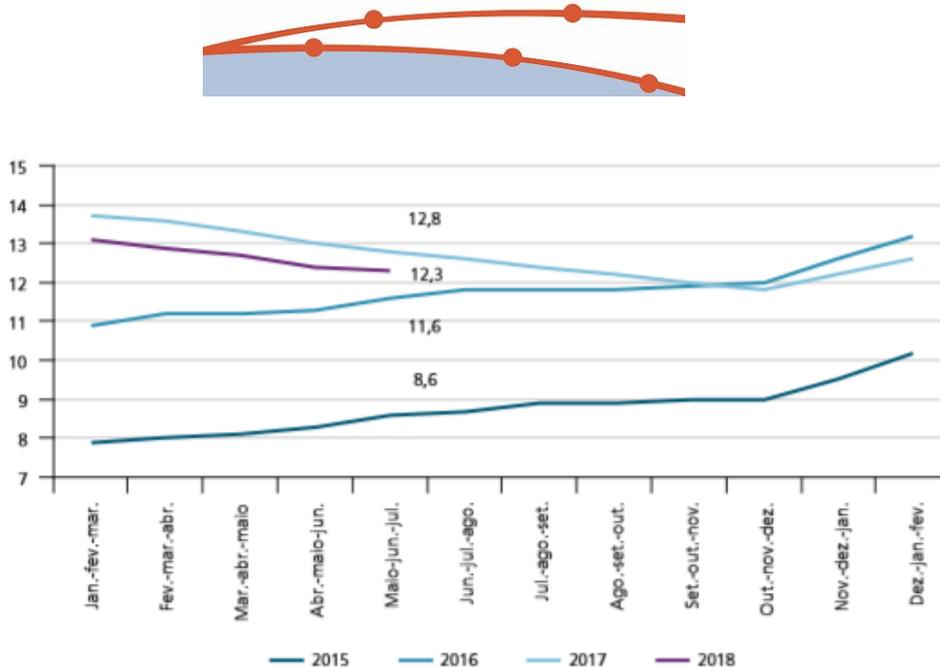
- Desemprego aberto: pessoas a procura de trabalho nos trinta dias anteriores à realização da pesquisa e que não tinham nenhum trabalho nos sete dias anteriores.
- Desemprego oculto pela precariedade: pessoas a procura de trabalho nos trinta dias anteriores à realização da pesquisa, ou nos últimos doze meses, e que se encontravam realizando, de forma irregular, algum trabalho remunerado (em espécie ou benefício) ou algum trabalho não remunerado de ajuda a membros da família em seus negócios.
- Desemprego oculto pelo desalento: pessoas sem trabalho que não estavam à procura de trabalho nos últimos trinta dias por desencorajamento, mas que estiveram à procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Druck (2013) apud Silva e Cavaignac (p. 6, 2018) apresenta o desemprego como a condição mais precária e vulnerável do trabalhador, pois é no bojo desta que ocorre sua dominação pelo empregador.

A condição de desempregado e a ameaça permanente da perda do emprego têm se constituído numa eficiente estratégia de dominação do âmbito do trabalho. O isolamento e a perda de enraizamento, inserção, vínculos e perspectivas de identidade coletiva, decorrentes da descartabilidade, da desvalorização e da exclusão, são condições que afetam decisivamente a solidariedade de classe. Esta é minada pela brutal concorrência que é desencadeada entre os próprios trabalhadores e estimulada conscientemente pelo capital por meio da gestão do medo e da chantagem. Uma vulnerabilidade social cujos traumas ainda estão por compreender e analisar no contexto atual, especialmente entre as novas gerações, que não conseguem se inserir no mercado de trabalho (Druck (2013) apud Silva e Cavaignac (p. 6, 2018)).

O Brasil vem apresentando um percurso de lenta recuperação, espelhando o baixo dinamismo da economia, que embora esteja em queda, a taxa de desocupação não só se mantém em grau elevado (12,3%), como também apresenta um ritmo de queda pequeno conforme gráfico abaixo (IBGE, 2018):

Gráfico 01 – Taxa de Desemprego Brasil (Em %)



Fonte: IBGE, 2018

Segundo o IBGE (2018), o número de desempregados no Brasil foi de 12,7 milhões de pessoas no quarto trimestre de 2018; representando uma alta de 2,6% em relação ao trimestre anterior do ano de 2018, porém uma redução de 0,5% levando em consideração os índices do mesmo período em 2017.

Mundialmente o Brasil está no 38º lugar, dos países com maior índice de desemprego, conforme quadro abaixo (TRADING ECONOMICS, 2019)¹.

POSIÇÃO	PAÍS	ÍNDICE	DATA PESQUISA/ DIVULGAÇÃO
01º	Congo	46.10	12/2013
02º	Bósnia-Herzegóvina	34.48	01/2019
03º	Namíbia	34.00	12/2016
04º	Kosovo	31.40	12/2018
05º	Palestina	29.10	12/2018
06º	Lesoto	27.25	12/2017
07º	África Do Sul	27.10	12/2018
08º	Suazilândia	26.40	12/2017
09º	Moçambique	25.04	12/2017
10º	Nigéria	23.10	09/2018

¹ A Trading Economics é uma organização que fornece informações precisas para 196 países, incluindo dados históricos de mais de 20 milhões de indicadores econômicos, taxas de câmbio, índices do mercado de ações, rendimento de títulos do governo e preços de commodities. Os dados divulgados são baseados em fontes oficiais, A TradingEconomics.com recebeu mais de 500 milhões de visualizações de páginas de mais de 200 países.



16º	Grécia	18.00	12/2018
26º	Iraque	14.80	12/2017
27º	Espanha	14.45	12/2018
33º	Colômbia	12.80	01/2019
38º	Brasil	12.00	01/2019

Fonte: Trading Economics, 2019

No Maranhão no quarto trimestre de 2017 cerca de 13,3% dos maranhenses estavam desempregados, sendo 14,3% entre as mulheres, (161 mil pessoas) e 12,5% (199 mil pessoas) para os homens, no montante de 359 mil pessoas. O desemprego é maior entre os jovens entre 18 e 24 anos, com um índice de 27,4% (826 mil pessoas), que comparado ao ano de 2016 teve um crescimento de 14 mil jovens a mais desempregados nessa faixa etária. Os adolescentes entre 14 e 17 anos apareceram em segundo lugar com 20,6% (552 mil pessoas) de desocupados, sendo 21 mil adolescentes a mais no comparando a 2016 (IBGE, 2018).

No terceiro trimestre de 2018 o índice de desemprego no Maranhão estava com a taxa de 13,7%, atingindo a sétima pior média na taxa de desemprego. No balanço geral de 2017 para 2018, o desemprego caiu em 18 estados do Brasil, porém aumentou no Maranhão de 14,3% em 2017 para 14,4% em 2018, e mais seis estados.

Fazendo uma trajetória desde 2015 analisando o levantamento das informações do PNAD sobre o desemprego no Maranhão, temos os seguintes dados conforme tabelas abaixo:

Tabela 01 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Trimestral					
Taxas e Níveis - Indicadores selecionados – 2015-2016					
Maranhão					
Indicador	Trimestre de coleta				
	4º trimestre 2015	1º trimestre 2016	2º trimestre 2016	3º trimestre 2016	4º trimestre 2016
Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (%)	56,1	56	53,8	51,8	52,2
Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (%)	8,2	10,8	11,8	11,9	13

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Tabela 02 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Trimestral



Taxas e Níveis - Indicadores selecionados - 2017				
Maranhão				
Indicador	Trimestre de coleta			
	1º trimestre 2017	2º trimestre 2017	3º trimestre 2017	4º trimestre 2017
Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (%)	52,9	51,5	52,7	51,2
Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (%)	15	14,6	14,4	13,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Tabela 03 - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Trimestral				
Taxas e Níveis - Indicadores selecionados - 2018				
Maranhão				
Indicador	Trimestre de coleta			
	1º trimestre 2018	2º trimestre 2018	3º trimestre 2018	4º trimestre 2018
Taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (%)	50,5	48,7	49,2	49,3
Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (%)	15,6	14,3	13,7	14,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

É visível o declínio da ocupação, e o crescimento do desemprego no Estado do Maranhão nos últimos três anos e, onde no 4º trimestre de 2015 registrava uma taxa de ocupação de 56,1%, chegando ao pior índice no 2º trimestre de 2018 com 48,7% e na última apuração realizada no período do 4º trimestre de 2018 se estabilizou em 49,3%.

O desemprego no 4º trimestre de 2015 registrava uma taxa de 8,2%, tendo chegado num período de um ano a 13%, um aumento de quase 5%, tendo seu ápice de crescimento no primeiro trimestre de 2018 onde chegou a taxa de 15,6%, e na última apuração realizada no período do 4º trimestre de 2018 se estabilizou em 14,1%.



Atualmente no Brasil, as principais pesquisas de mercado de trabalho e emprego desenvolvidas são a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Sistema Estadual de Análise de Dados – SP (SEADE) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos (DIEESE), (CAGED) - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego e mais outros com menores expressões.

4. DESALENTO: A FACE DO DESEMPREGO OCULTO NO BRASIL E MARANHÃO

Desalento significa fazer perder o alento, desanimar, esmorecer; onde baseado na definição da palavra desalento podemos definir a palavra desalentado com algo ou alguém que perdeu o alento, desanimou ou esmoreceu (DESALENTO, 2019)

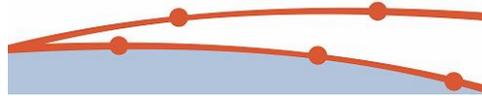
Segundo Corrêa (2018) considera-se desalentada a pessoa que não procurou mais trabalho porque acredita que é jovem demais, idosa demais ou que não conseguiria emprego diante do cenário atual econômico.

Para o IBGE pessoas desalentadas são as que estão fora da força de trabalho na semana de referência, que estavam disponíveis para assumir um trabalho na semana de referência, mas não tomaram providência para conseguir trabalho no período de referência de trinta dias por não ter conseguido trabalho adequado, não ter experiência profissional ou qualificação, não haver trabalho na localidade em que residia ou não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou muito idoso.

O efeito desalento foi introduzido por Long (1953) apud Gonzaga e Reis (2011), sendo esse efeito, em momentos de crise e recessão, quando os salários esperados e a probabilidade de conseguir uma vaga no mercado de trabalho são mais baixos, onde trabalhadores desempregados optam por deixar de procurar emprego, o que provoca uma queda na taxa de participação na força de trabalho.

Para entender esse fenômeno é necessário mostrar a evolução da parcela de três subgrupos da população em idade ativa, a saber (IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2018):

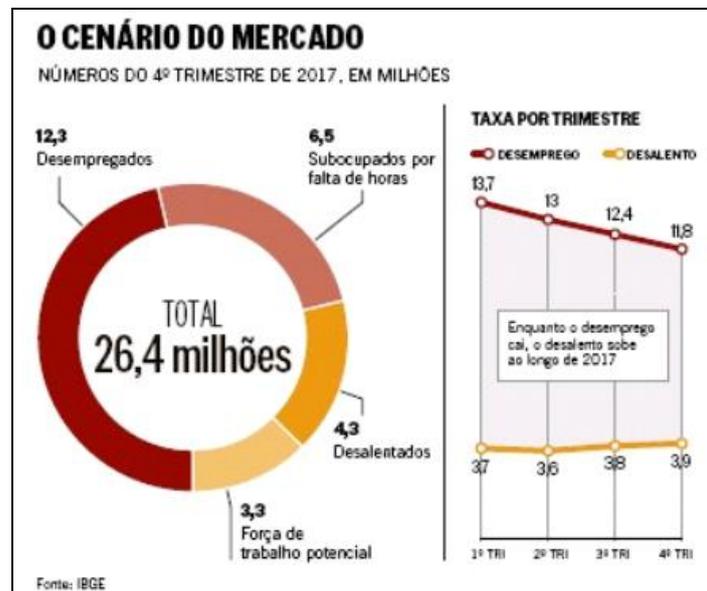
- Pessoas que gostariam de trabalhar, mas que não procuraram trabalho no mês de referência da Pnad Contínua por se sentirem desalentadas;



- Pessoas que gostariam de trabalhar, mas que não procuraram trabalho no mês de referência da Pnad Contínua por outro motivo;
- Pessoas que não gostariam de trabalhar.

Esses trabalhadores fazem parte de um grupo que somam 26,4 milhões de pessoas no quarto trimestre de 2017 segundo o IBGE (2018), formado pelos brasileiros que se encontram no que os técnicos chamam de “subutilização da força de trabalho”, onde englobam além dos desalentados, os desempregados, os que trabalham menos horas do que gostariam e aqueles que estavam disponíveis para emprego, mas não podiam assumir por outros motivos.

Gráfico 02 – O Cenário do Mercado - BRASIL



Fonte: IBGE (2018)

Ainda sobre os números dos índices divulgados recentemente e demonstrado acima, o mercado de trabalho mostrou uma leve recuperação gradual desde meados do ano de 2018, porém a crise que aparentemente começou a ser superada deixou um índice preocupante nos indicadores: que é o número recorde de pessoas no Brasil que, diante do cenário atual do mercado e as dificuldades enfrentadas desistiram de procurar emprego, onde segundo dados divulgados primeira vez pelo IBGE (2018) o contingente dos chamados desalentados chegou a 4,3 milhões de pessoas.

Outro dado importante IBGE (2018) sintetiza o perfil predominante dos desalentados, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 03 – Perfil dos desalentados



Fonte: IBGE (2018)

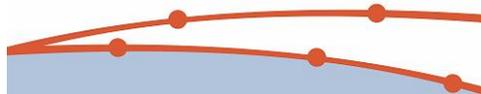
Os dados do perfil traçado acima em gráfico fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Trimestral, que trouxe informações sobre desalento pela primeira vez em 2017, onde apontou que levando em consideração faixa etária de idade os maiores índices de trabalhadores na condição de desalento são os jovens de 18 a 24 anos com 22%, trabalhadores de 30 a 39 anos com 17,6% e de 40 a 49 anos com 15%.

Foi apontado também o perfil dos trabalhadores desalentados por nível de instrução, onde o maior percentual apresentado foi entre os trabalhadores com ensino fundamental incompleto com 42,1%, seguido dos trabalhadores com apenas o ensino médio com 22,3% e os trabalhadores com ensino fundamental completo com 10,8%.

O IPEA (2018), também pontuou em sua pesquisa o perfil dos desalentados no Brasil, onde foi constatado que 60% dos trabalhadores desalentados estão na região Nordeste do país; sendo o maior índice entre os trabalhadores do sexo feminino, jovens entre 14 e 24 anos, e trabalhadores com ensino fundamental incompleto.

Quadro 02 - Características dos desalentados

	2017				2018		PIA (%) (2º trim./2018)
	1º trim.	2º trim.	3º trim.	4º trim.	1º trim.	2º trim.	
Centro-Oeste	3,4	4,0	4,0	4,5	4,2	4,4	7,6
Nordeste	59,8	57,8	59,2	58,7	60,0	59,0	27,0
Norte	10,7	10,5	11,4	10,3	11,3	10,9	8,1
Sudeste	20,9	22,3	19,8	21,3	20,2	21,4	42,8
Sul	5,2	5,4	5,6	5,2	4,4	4,3	14,5
Masculino	44,6	44,1	43,9	43,7	44,9	45,3	47,6
Feminino	55,4	55,9	56,1	56,3	55,1	54,7	52,4



De 14 a 24 anos	39,2	38,5	36,7	36,5	38,3	36,3	21,0
De 25 a 39 anos	25,9	24,7	25,6	25,9	26,0	26,1	28,1
De 40 a 59 anos	24,5	25,1	25,7	26,4	25,3	25,6	32,0
Mais de 59 anos	10,4	11,7	12,0	11,3	10,3	12,0	19,0
Não chefe família	72,0	71,3	69,9	70,1	70,4	69,2	58,1
Chefe família	28,0	28,7	30,1	29,9	29,6	30,8	41,9
Fundamental incompleto	50,3	52,0	52,9	51,9	48,5	50,0	36,5
Fundamental completo	11,9	11,2	10,7	10,7	11,5	11,0	9,2
Médio incompleto	10,8	11,1	9,8	10,0	10,3	10,8	7,9
Médio completo	22,0	21,0	21,3	21,8	24,2	22,8	27,4
Superior	5,0	4,8	5,3	5,6	5,5	5,3	19,0

Fonte: IPEA

Detalhando o quadro da pesquisa acima, os dados do Ipea mostraram que, embora as pessoas entre 18 e 24 anos representem 15% da população em idade ativa no mercado de trabalho, elas também correspondem a mais de 25% dos desalentados no país. Já os trabalhadores de menor escolaridade são 37% da população em idade ativa, mas chegam à metade dos desalentados, sendo essa condição mais predominante ainda no Nordeste, sendo que dos trabalhadores em idade ativa no mercado de trabalho, 27% vivem na região Nordeste, no entanto, uma parcela desproporcionalmente maior dos desalentados, de 60% como já falado anteriormente.

Segundo o IPEA (2018), isso reflete a característica do mercado de trabalho local nordestino, que tem os índices de desemprego mais alto, mais informalidade entre os trabalhadores. Por fim, apesar dos índices de desalento é ligeiramente maior entre as mulheres é importante ressaltar o crescimento de trabalhadores desalentados no grupo considerado de melhor inserção no mercado de trabalho, que são os trabalhadores mais velhos, homens e chefes de família".

O percentual total de trabalhadores em desalento no Brasil cresceu 12,3% em 2018 em relação a 2017, sendo o Maranhão o estado com a maior taxa de crescimento entre todos os estados da federação em 2018 com a taxa de 16,2% (sendo as taxas referente ao Maranhão 4 vezes maior que a média brasileira), seguido do estado de Alagoas com 15,7% e Rio Grande do Norte com 11,6%. Em 2017 o Maranhão teve o segundo pior índice (13,2), a frente apenas do estado de Alagoas com o índice de 15,9% (IBGE, 2018).

Quadro 03 - Medidas de Subutilização da Força de Trabalho (%)

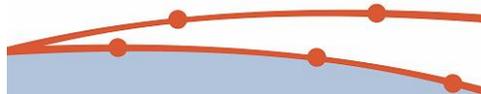


Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa de Desocupação		Taxa de Subocupação		% de pessoas desalentadas, em relação a população na força de trabalho ou desalentada	
	4º trimestre		4º trimestre		4º trimestre	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Brasil	11,8	11,6	7,0	7,4	4,0	4,3
Norte	11,3	11,7	8,8	8,3	5,2	5,9
Nordeste	13,8	14,4	12,7	13,3	9,4	10,2
Maranhão	13,3	14,1	11,7	11,3	13,2	16,2
Piauí	13,3	12,3	18,5	20,8	11,2	10,7
Ceará	11,1	10,1	11,1	11,7	7,2	7,4
Rio Grande do Norte	12,3	13,4	12,2	13,3	11,2	11,6
Paraíba	10,1	11,0	12,3	12,7	10,7	11,2
Pernambuco	16,8	15,5	9,5	10,5	7,4	6,6
Alagoas	15,5	15,9	7,9	7,0	15,9	15,7
Sergipe	13,4	15,0	13,3	16,4	7,2	8,0
Bahia	15,0	17,4	15,7	15,7	8,4	10,0
Sudeste	12,6	12,1	5,2	5,9	1,9	2,0
Sul	7,7	7,3	4,3	4,3	1,3	1,3
Centro-Oeste	9,4	8,5	4,1	4,7	2,1	1,9

Fonte: IBGE - PNAD Contínua

Em 2017 o maior contingente de trabalhadores em desalento estava no estado da Bahia com cerca de 663 mil pessoas nessa condição, e 410 mil no estado do Maranhão; no ano de 2018 seguem novamente o estado da Bahia com 804 mil (aumento de 21,27%) desalentados e o Maranhão com 512 mil (aumento de 24,8%) conforme quadro abaixo (IBGE, 2018):

Quadro 04 - Medidas de Subutilização da Força de Trabalho (1.000 pessoas)								
Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoas de 14 anos ou mais de idade subutilizadas							
	Total		Força de trabalho potencial					
			Total		DESALENTADA		Não desalentada	
	4º trimestre		4º trimestre		4º trimestre		4º trimestre	
2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	
Brasil	26 416	26 976	7 641	7 864	4 352	4 706	3 289	3 158
Norte	2 426	2 499	865	923	447	524	418	399
Nordeste	9 955	10 396	3 747	3 920	2 600	2 853	1 147	1 067
Maranhão	1 157	1 257	524	628	410	512	114	116
Piauí	685	708	271	270	178	172	92	98
Ceará	1 340	1 348	483	508	318	328	166	180



Rio Grande do Norte	632	676	284	287	191	205	93	82
Paraíba	637	680	272	294	206	219	66	75
Pernambuco	1 476	1 469	451	445	330	298	121	147
Alagoas	528	516	266	255	223	223	43	32
Sergipe	373	431	112	122	81	93	30	29
Bahia	3 128	3 310	1 084	1 112	663	804	421	308
Sudeste	10 122	10 288	2 064	2 118	914	944	1 150	1 174
Sul	2 399	2 307	546	511	209	218	338	293
Centro-Oeste	1 513	1 486	419	393	182	167	237	226
Fonte: PNAD Contínua								

5. CONCLUSÃO

Diante dos números apresentados não há dúvida que mesmo diante da estruturação de dois grandes programas voltados ao desenvolvimento econômico e principalmente geração de empregos, não foi capaz de desacelerar o ritmo de queda da ocupação e conseqüentemente o crescimento da parcela populacional desocupada causando o desalento dos trabalhadores no estado do Maranhão.

O desemprego definitivamente é um dos mais graves problemas sociais brasileiros e mundial, pois põe em risco a subsistência pessoal do indivíduo; pois o trabalho tem um mundo de significados, cujas transformações apresentam por sua vez complicações ao modo de viver e subjetivar; é fundamental para a manutenção e sobrevivência das pessoas, distinguidor de estilos de vida e da própria identidade pessoal, é base da vida. Tem em si mesmo uma dicotomia, o suplício e necessidade; sofre-se com ele e ao mesmo tempo precisa dele para poder viver.

Como visto ao longo do desenvolvimento do artigo, tanto o Brasil como o Maranhão têm graves problemas em relação a todo tipo de desocupação e em todas as esferas, onde a questão só aumenta e amplia, sem contar questões como precarização, vulnerabilidade, a diminuição dos postos de trabalho em todos os segmentos e setores com indústria e serviços e muitos outros ligados ao mundo do trabalho.

Onde também é nítido que os desalentados impactam diretamente nas pesquisas e sensos quanto ao desemprego no país, pois a partir do momento que o trabalhador desiste de procurar trabalho, o mesmo não é mais incluído como desempregado e sai do percentual apurado pelas pesquisas, dando a ilusão que o mesmo está diminuindo.



No final, todos esses índices apresentados quanto ao alto índice de desemprego em todas as suas categorias no Brasil e Maranhão, são reflexos de uma crise política sem precedentes, uma economia sucateada que amarga os efeitos do baixo crescimento, o que reflete em falta de investimentos, e uma infraestrutura precária, e educação insuficiente e precarizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CALDANA, Adriana Cristina Ferreira. FIGUEIREDO, Marco Antonio de Castro. **Desemprego e Subjetividade: Estratégias de Inclusão Social e Sobrevivência**. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v12n22/03.pdf> >. Acesso em 17 mar. 2019.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. 2 ed. Rio de Janeiro, Amazon, 2019.

CORRÊA, Marcello. **4,3 milhões desistem de procurar emprego**. Disponível em < http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/ienamidia/arquivo/100320181156_O_Globo.pdf >. Acesso em 17 mar. 2019.

DESALENTO. Dicionário online Aurélio, 17 mar. 2017. Disponível em < <https://dicionariodoaurelio.com/desalento> >. Acesso em 17 mar. 2019.

DIEESE. **Metodologia para a realização de diagnósticos de mercado de trabalho com a participação dos atores sociais**. São Paulo: Dieese, 2006.

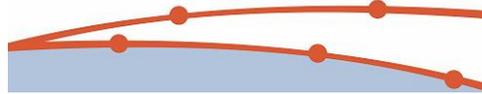
GONZAGA, Gustavo. REIS, Mauricio Cortez. **Oferta de trabalho e ciclo econômico: os efeitos trabalhador adicional e desalento no Brasil**. Rev. Bras. Econ. [online]. 2011, vol.65, n.2, pp.127-148. ISSN 0034-7140. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402011000200002>>. Acesso em 27 de mar de 2019.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 de mar de 2019.

_____. **Pesquisa Mensal do Emprego Outubro 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010c. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=quadro-sintetico> >. Acesso em 15 de mar de 2019.

ILO. **World Employment and Social Outlook - Trends 2019**. Disponível em <<https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2019/lang--en/index.htm>>. Acesso em 24 de mar de 2019.



IPEA. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. Ministério do Trabalho. – v.1, n.0, Brasília: 2018.

MARANHÃO, Agencia de Notícias. **Governador Flávio Dino lança o ‘Mais Empresas’ para gerar emprego e renda**. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/governador-flavio-dino-lanca-o-programa-mais-empresas/>>. Acesso em 03/04/2019.

MARANHÃO, Secretaria de Estado da Indústria e Comércio. **Mais Empresas**. Disponível em: <<http://www.seinc.ma.gov.br/maisempresas/>>. Acesso em 03/04/2019.

MARANHÃO, Secretaria de Estado e Economia Solidária. **Mais Empregos**. Disponível em: <www.trabalho.ma.gov.br/maisempregos/>. Acesso em 03/02/2019.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. ONU. OIT: **Desemprego cai no mundo, mas condições de trabalho não melhoram**. Publicado em 13/02/2019. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/oit-desemprego-cai-no-mundo-mas-condicoes-de-trabalho-nao-melhoram/>>. Acesso em 19 de mar de 2019.

ROSSI, Thaine; OLIVEIRA, Edson Aparecida Araújo Querido. **A Questão do Desemprego no Brasil**. Disponível em <<http://biblioteca.univap.br/dados/INIC/cd/inic/IC6%20anais/IC6-115.PDF>>. Acesso em 21 mar. 2019

SILVA, Karine Carneiro de Oliveira; CAVAGNAC, Mônica Duarte. **Desemprego, Informalidade e Precarização do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**. Disponível em <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51347-14072018-185256.pdf>. Acesso em 25 mar. 2019

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28/03/2019.

SPC; CNDL. **O Desemprego e a Busca Por Recolocação Profissional no Brasil Fevereiro 2018**. Disponível em <<https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2018/02/An%C3%A1lise-Perfil-do-Desempregado-e-Recoloca%C3%A7%C3%A3o-Profissional-018.pdf>>. Acesso em 19 de mar de 2019.

TRADING ECONOMICS. **Unemployment Rate - Forecast 2019-2021**. Disponível em <<https://pt.tradingeconomics.com/country-list/unemployment-rate>>. Acesso em 15 de mar de 2019.

VARGAS, Francisco E. B.. **Formes Et Expériences De Privation De Travail Au Brésil: La construction sociale du chômage dans la perspective d’une sociologie des rapports sociaux**. Thèse de Doctorat en Sociologie, Université de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines U.F.R. Novembre 2008.